

“Afroconveniente”... A autodeclaração racial na campanha eleitoral de 2022: uma análise das publicações no Twitter sobre a controvérsia de ACM Neto na Bahia

“Afroconvenient”... Racial self-declaration in the 2022 election campaign: an analysis of Twitter publications on the controversy of ACM Neto in Bahia

“Afroconveniente”... La autodeclaración racial en la campaña electoral de 2022: un análisis de las publicaciones en Twitter sobre la controversia de ACM Neto en Bahia

Sérgio Rodrigo da Silva FERREIRA¹

Resumo

Neste artigo, analisamos as publicações feitas no Twitter acerca da controvérsia em torno da autodeclaração racial de ACM Neto, candidato ao cargo de governador da Bahia em 2022. A metodologia empregada consiste em uma análise utilizando processamento de linguagem natural, com o intuito de identificar temas e percepções. A polêmica surgiu depois que ACM Neto se autodeclarou como “pardo” e apareceu bronzeado em uma entrevista, levantando questionamentos sobre os critérios do IBGE. Os resultados evidenciam um debate acirrado no Twitter, que questiona a sua representatividade e o acusa de oportunismo político. A análise expõe um debate público acerca da sinceridade, posicionamentos políticos e oportunismo de ACM Neto em relação ao tema racial, ressaltando a crescente importância da dimensão racial e étnica no âmbito do debate político-eleitoral.

Palavras-chave: autodeclaração racial, campanha eleitoral, identidade racial, Twitter, processamento de linguagem natural.

Abstract

¹ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Atualmente em Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (POSCOM/UFES). Bolsista Capes. E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com. ORCID: 0000-0002-9899-4378



In this article, we analyzed Twitter posts regarding the controversy surrounding ACM Neto's self-declaration of race, who was a candidate for governor of Bahia in 2022. The methodology employed is a natural language processing analysis, aiming to identify themes and perceptions. The controversy emerged after ACM Neto self-identified as “pardo” (mixed race) and appeared with a tan in an interview, raising questions about IBGE criteria. The results reveal a heated debate on Twitter, questioning his representativeness and accusing him of political opportunism. The analysis exposes a public discourse about ACM Neto's sincerity, political stances, and opportunism concerning the racial topic, underscoring the increasing significance of race and ethnicity dimensions in electoral political debates.

Keywords: self-declaration of race, election campaign, racial identity, Twitter, natural language processing.

Resumen

En este artículo, analizamos publicaciones en Twitter sobre la controversia en torno a la autodeclaración racial de ACM Neto, quien fue candidato a gobernador de Bahía en 2022. La metodología empleada es un análisis de procesamiento de lenguaje natural, con el objetivo de identificar temas y percepciones. La controversia surgió después de que ACM Neto se autodefiniera como “pardo” y apareciera bronceado en una entrevista, cuestionando los criterios del IBGE. Los resultados revelan un debate intenso en Twitter, cuestionando su representatividad y acusándolo de oportunismo político. El análisis expone un discurso público sobre la sinceridad de ACM Neto, posturas políticas y oportunismo en relación con el tema racial, subrayando la creciente importancia de las dimensiones de raza y etnicidad en los debates políticos electorales.

Palabras clave: autodeclaración racial, campaña electoral, identidad racial, Twitter, procesamiento de lenguaje natural.

Introdução

A intersecção entre identidade, política e redes sociais tem sido um campo de estudo em constante evolução, especialmente no que diz respeito ao manejo dos temas raciais no contexto eleitoral. Este artigo se propõe a investigar e analisar as repercussões no Twitter referentes à controvérsia em torno da autodeclaração racial de ACM Neto, candidato ao cargo de governador da Bahia em 2022. A análise empreendida nesta pesquisa concentra-se na compreensão dos debates e percepções públicas desencadeados pela autodeclaração do político como “pardo” e sua aparência bronzeada em uma entrevista, suscitando questionamentos acerca dos critérios estabelecidos pelo IBGE.

Utilizando metodologia baseada em processamento de linguagem natural, este estudo aborda um levantamento de publicações no Twitter no período de 25 de



setembro a 03 de outubro de 2022, resultando em 3112 tweets relevantes para análise. O objetivo central é compreender como o debate público na plataforma abordou e mobilizou a questão identitária racial associada à autodeclaração de ACM Neto durante o processo eleitoral para o governo da Bahia.

A pesquisa busca responder à indagação central: “Como o debate público no Twitter abordou e mobilizou a questão identitária racial relacionada à autodeclaração do candidato ACM Neto durante a campanha eleitoral para governador do estado da Bahia?”. Este estudo propõe-se a examinar as publicações na plataforma digital, visando estabelecer como a questão identitária racial foi tratada e debatida ao longo da campanha eleitoral, bem como compreender de que forma essas discussões mobilizaram a esfera pública no Twitter. A metodologia adotada é uma análise por processamento de linguagem natural, com uma abordagem agonística e viés cartográfico, buscando identificar os principais temas relacionados à controvérsia da autodeclaração racial de ACM Neto e como esta questão foi percebida e discutida nas redes sociais.

O método adotado utilizando o software Iramuteq com a aplicação do método Reinert seguiu um processo sistemático de pré-tratamento de dados antes da análise propriamente dita. Inicialmente, os dados coletados dos 3112 tweets referentes à autodeclaração racial de ACM Neto durante a campanha eleitoral na Bahia foram preparados para a utilização no software. O pré-processamento dos dados envolveu etapas como a remoção de caracteres especiais, pontuações e stopwords para reduzir a dimensionalidade do corpus e manter somente as palavras-chave relevantes para a análise. Posteriormente, os textos foram tokenizados, ou seja, divididos em unidades básicas (palavras ou termos) para a construção da matriz de frequência.

Em seguida, no software Iramuteq, o método Reinert foi aplicado para a análise textual. O método Reinert é uma abordagem específica para análise de dados textuais que busca identificar e hierarquizar os diferentes segmentos de um corpus, permitindo a análise de correspondências entre palavras e segmentos de textos. Durante a aplicação do método Reinert, o software identificou os termos mais frequentes e relevantes no corpus, gerando uma nuvem de palavras-chave e permitindo a visualização das associações mais fortes entre termos e documentos. Além disso, o método Reinert possibilitou a realização de análises estatísticas, como a classificação hierárquica descendente (CHD), que auxiliou na identificação de classes de palavras e na organização dos temas discutidos nos tweets.



Por meio desses procedimentos, foi possível realizar uma análise mais aprofundada das posições, temas e percepções presentes nos *tweets* relacionados à autodeclaração racial de ACM Neto, oferecendo uma compreensão mais abrangente do debate público e das nuances associadas à questão racial durante o contexto eleitoral na Bahia.

Lucas de Santana Módolo (2022) afirma que o conceito de “afroconveniência”, cunhado por ativistas do movimento negro, emerge como uma expressão para descrever práticas fraudulentas, frequentemente adotadas por indivíduos brancos, com o intuito de se beneficiar de políticas afirmativas direcionadas à população negra. Esse comportamento se evidencia nos mecanismos de autodeclaração racial, especialmente em programas de cotas raciais, onde indivíduos se aproveitam da subjetividade desse critério e da ausência de sistemas eficazes de detecção de fraude para acessar vantagens originalmente destinadas à comunidade negra. A alegação de ascendência ou vínculo familiar com pessoas negras também é comum entre esses indivíduos, exacerbando a fraude e distorcendo a finalidade das políticas afirmativas. Tal fenômeno não se limita aos vestibulares e concursos públicos, sendo agora observado no contexto eleitoral, suscitando suspeitas de candidatos políticos que, de forma deliberada, possam ter alterado suas autodeclarações raciais com propósitos questionáveis.

A persistente desigualdade racial no cenário político brasileiro tem suas raízes num longo do processo histórico, desde os anos de escravidão até a abolição em 1888, período marcado pela afirmação da supremacia racial branca no país. Essa estrutura histórica persiste na configuração dos órgãos institucionais do Poder Público, nas universidades, na gestão de grandes corporações e, naturalmente, nos cargos políticos do Brasil. A herança desse legado histórico permeia a sociedade contemporânea, impactando a representatividade e a distribuição de poder, refletindo-se na composição dos corpos legislativos e em outras esferas de influência do país (Módolo, 2022). Por essa razão que é um tema tão nefrágico a aplicação de políticas afirmativas raciais no contexto eleitoral no país marcado pelo racismo estrutural.

O caso

Em dois de setembro de 2022, durante as eleições para o governo do estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto), candidato pelo partido União Brasil, viu sua autodeclaração racial como pardo ser alvo de questionamentos. A



Justiça Eleitoral intimou o candidato a justificar sua autodeclaração racial após uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral movida por Jorge da Cruz Vieira (Jorge X), candidato a deputado federal pelo PSOL. Tanto ACM Neto, quanto sua vice, Ana Coelho, declararam-se pardos em seus registros de candidatura no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ex-prefeito de Salvador alegou que faz essa autodeclaração desde as eleições de 2016, quando concorreu pela primeira vez após a implementação da obrigatoriedade de informação racial em eleições gerais, ocorrida em 2014.

A discussão sobre a autodeclaração de raça ganhou relevância nesse contexto eleitoral, uma vez que, a partir dessas eleições, passou a vigorar a regra que obrigava os partidos a destinarem a verba de campanha proporcionalmente às candidaturas negras, ou seja, de pretos e pardos. A polêmica cresceu diante do fato de que mais de 80% da população da Bahia se considerava negra, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somando pretos e pardos. ACM Neto contestou a definição de negro utilizada pelo instituto, defendendo sua autodeclaração como pardo, não negro.

As discussões sobre a autodeclaração racial afetaram a campanha de ACM Neto, uma vez que as pesquisas de intenção de voto indicaram uma queda em seu apoio após o ocorrido. Enquanto isso, seu principal adversário, Jerônimo Rodrigues, do PT, avançou nas pesquisas.

A questão sobre a autodeclaração racial de ACM Neto foi amplamente abordada durante o debate entre os candidatos promovido pela TV Bahia, afiliada da Rede Globo em Salvador, em 28 de setembro daquele ano. Críticas contundentes foram direcionadas ao ex-prefeito, especialmente do candidato do PL João Roma, ex-aliado de ACM, que o chamando de “afroconveniente” e questionando se ele teria realizado bronzeamento artificial ou utilizado óleo de urucum. Roma disse:

(...) não exija tanto de um candidato que não sabe a cor da pele. Nesses 30 anos, ele nunca me disse que era ‘negão’ (...) Ele é negro ou não é? Ele não sabe a cor da sua pele, pessoal. É deboche nacional (...) Nesse bronzeamento na laje, ele está usando óleo de peroba ou de urucum?” (Roma *apud* Nascimento, 2022, online).

Nesse mesmo debate, o candidato do PSOL, Kleber Rosa, um homem preto, foi enfático ao afirmar que ACM Neto deveria ter dignidade e recuar de sua posição. Ele argumentou que não é suficiente o candidato dizer que é assim que se vê, pois ele, enquanto negro, não possui a opção de declarar-se branco. Kleber Rosa também



apontou que a autodeclaração como pardo coloca o candidato dentro das políticas voltadas para os negros, e ressaltou que ACM Neto estava enfrentando um processo por causa disso. Por sua vez, Jerônimo Rodrigues, que é indígena, criticou a autodeclaração como um “desrespeito” e destacou que a política da Bahia estava em vexame devido a essa questão, prejudicando a população negra e aqueles que lutam por políticas de inclusão e representatividade racial.

Apesar das críticas e dos questionamentos, ACM Neto reafirmou sua autodeclaração como pardo e explicou, em vídeo nas redes sociais, que já havia feito essa declaração em 2016, muito antes da implementação das cotas para candidaturas negras. Ele enfatizou que, como prefeito de Salvador, havia implementado políticas de cotas em concursos públicos para beneficiar a população negra.

A controvérsia aumentou quando, em uma entrevista na TV Bahia, do dia 12 de setembro, ele apareceu exageradamente bronzeado e questionou os critérios do IBGE para classificação racial no Brasil. A vice Ana Coelho chegou a recuar e mudar sua declaração para branca, mas ACM Neto manteve a autodeclaração como pardo, justificando-se na entrevista: “Eu me considero pardo. Você pode me colocar ao lado de uma pessoa branca, há uma diferença bem grande. Negro, não. Não diria isso, jamais”. Quando questionado pelo jornalista a respeito de que no Brasil, pelos critérios do IBGE, são considerados negros tanto os pardos quanto os pretos, ACM rebateu: “Então é erro do IBGE, não é meu. Simplesmente isso”. Após a entrevista, as declarações de ACM Neto rapidamente se tornaram o centro das atenções na campanha eleitoral. O nome do ex-prefeito ficou entre os assuntos mais comentados no Twitter por três dias seguidos, refletindo a intensa discussão em torno do tema. As imagens da entrevista, especialmente aquelas que destacavam o tom acentuado de bronzeado, se tornaram alvo de inúmeros memes e vídeos satíricos, amplificando ainda mais a repercussão do episódio nas redes sociais.

Com as declarações, cresceu vertiginosamente a repercussão negativa, especialmente nas redes sociais, onde memes e vídeos satíricos se espalharam. O episódio mobilizou o debate público e gerou acusações de fraude, com adversários explorando a questão racial como um ponto crítico da campanha. Após três dias da entrevista, a coligação do candidato petista passou a exibir uma peça de propaganda no horário eleitoral, na qual pessoas nas ruas criticam veementemente a postura de ACM Neto. No vídeo, o ex-prefeito é acusado de “apropriação racial”, de impedir a entrada de pessoas negras na política e de ser um “homem branco, cheio de



privilégios”. O narrador do vídeo petista provoca os espectadores ao questionar se consideram essa atitude correta. Diante dessa ofensiva, a campanha do União Brasil tentou, por três vezes, acionar o Tribunal Regional Eleitoral baiano para retirar o vídeo do ar, mas todas as solicitações foram negadas.

Figura 1 - *Tweet* compara o tom do pele do candidato ACM Neto antes e depois de suposto bronzeamento artificial



Fonte: Revista Fórum, 2022.

De acordo com um levantamento digital realizado por adversários de ACM Neto e divulgado pelo Jornal O Globo, constatou-se que, no universo de menções à entrevista, 93% dos comentários foram negativos, enquanto 5% foram considerados neutros e apenas 2% apresentaram um tom positivo. Os termos mais frequentemente associados ao ex-prefeito de Salvador foram “bronzeamento facial”, “piada”, “pardo”, “oportunismo” e “IBGE” (Eller; Moura, 2022) .

A discussão sobre a autodeclaração racial de ACM Neto ganhou repercussão nacional e levantou questões sobre a representatividade de negros na política, bem como a importância das cotas para candidatos negros. O tema foi acompanhado de perto pela sociedade e pelos eleitores da Bahia, refletindo a importância da questão racial e da inclusão na política brasileira.

Na primeira pesquisa de intenção de votos conduzida pelo Datafolha (Pitombo, 2022) , em 24 de agosto, o cenário inicial era de liderança de ACM Neto na disputa com 54% dos votos, enquanto Jerônimo tinha 16%. No entanto, ao chegarem as eleições de primeiro turno, Jerônimo conseguiu uma virada expressiva, alcançando 49,45% dos votos, contra 40,8% de ACM Neto. Esse resultado foi reforçado pelo segundo turno, no qual Jerônimo consolidou sua vitória com 52,79%, enquanto ACM



Neto obteve 47,21% (TRE-BA, 2022) . Longe de afirmarmos que a vitória de Jerônimo teve como fator único a controvérsia racial, uma vez que a disputa também foi marcada pela influência da disputa nacional, mas é marcante como o debate público na disputa à governador na Bahia em 2022 evocou bastante os fatos narrados. Esse fato foi especialmente trazido a tona na plataforma de rede social Twitter.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lançada ainda em 2022, entre 2012 e 2021, houve uma redução na proporção da população que se autodeclara como branca no Brasil, de 46,3% para 43,0%. Em contraste, a proporção da população que se declarou preta e parda aumentou, de 7,4% para 9,1% e de 45,6% para 47,0%, respectivamente. Em 2020, as estimativas eram de 42,8% de brancos, 8,8% de pretos e 47,5% de pardos. Em termos absolutos, a população brasileira cresceu 7,6% nesse período, mas a população preta teve um aumento de 32,4% e a população parda de 10,8%, enquanto a população branca não apresentou variação relevante (IBGE, 2022).

Além da questão do ACM Neto na Bahia, o tema da raça marcou a política eleitoral de 2022 com controvérsias e memes envolvendo questões étnico-raciais (Rios, 2022) . O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, foi criticado ao se autoclassificar como branco em vez de indígena. As eleições de 2022 tiveram maior representação política de candidatos negros em relação aos brancos, além de maior presença de indígenas. A medida aprovada pelo TSE obrigando os partidos a investirem em candidaturas negras contribuiu para esse crescimento, mas também houve inconsistências na autodeclaração racial dos eleitos.

Houve também avanço de mulheres negras do campo progressista nas câmaras legislativas. Além disso, aumentou a representação indígena, LGBTQIA+ e negra no Congresso, indicando uma melhora qualitativa. As direitas adotaram a estratégia de eleger candidatos negros, indígenas e mulheres para se afastar da imagem de serem racistas e defenderem a representatividade, no entanto, apesar do crescimento de candidaturas negras em partidos de direita, a presença numérica de eleitos negros conservadores merece atenção, e as esquerdas precisam entender o desafio de representatividade e diversidade na política brasileira. As candidaturas que refletem diversidade e representam vivências situadas são cada vez mais importantes na política brasileira, inclusive para a qualidade da vida democrática. Tudo isso ocorre em um contexto de institucionalização da extrema direita no Brasil (Rios, 2022) .



A importância do debate diz respeito a crescente influência e centralidade das plataformas de redes sociais no debate público, inclusive o eleitoral. Entre as oportunidades que as novas plataformas de redes sociais colocam está a possibilidade de permitirem que os agentes políticos e os cidadãos diminuam a distância entre eles. As plataformas podem ser usadas para personalizar campanhas, o que pode ser benéfico para partidos políticos menores que podem não ter recursos para realizar campanhas de mídia de massa caras. Além disso, os dados do Twitter podem ser aprimorados vinculando-se a outros conjuntos de dados sobre partidos políticos e atributos de candidatos políticos, sobre eventos específicos durante as campanhas e usando esses conjuntos de dados vinculados com um dos muitos projetos de pesquisa aplicáveis nesse campo. No geral, o Twitter oferece muitas opções para analisar a comunicação política, incluindo o processamento e cruzamento para enriquecimento de dados (*cross-section*), como o tema é tratado diferentemente ao longo do tempo (*time-series*) e como os usuários estão articulando e se agrupando na plataformas (análise de rede) (Vergeer, 2015) .

Um dos desafios das campanhas políticas em plataformas como o Twitter é um aspecto chave para entender essa os usos sociotécnicos ligados a economia política das plataformas é a atuação dos algoritmos específicos, que desempenham um papel fundamental na seleção das informações consideradas relevantes, ligados a fenômenos como o Capitalismo de Vigilância (Zuboff, 2018) e a plataformização (Dijck; Poell; Wall, 2018) . Esses algoritmos analisam as preferências do usuário com base em vigilância e sugerem conteúdos com base em elementos semânticos. Na lógica comercial, se quer produzir publicidade hiperseguimentada e modulação comportamental para consumo (Silveira, 2017) . Gillespie (2012) denomina-os como “algoritmos de relevância pública”, uma vez que, por meio de procedimentos automatizados de identificação de padrões, certificam e tornam visíveis certos conhecimentos. No entanto, ao selecionar informações tidas como relevantes, esses algoritmos também “escondem” ou excluem outras informações que não se alinham com os interesses programados. Essa filtragem de informações exerce uma influência ativa na participação social e política dos usuários no ambiente digital, direcionando o que eles devem saber e como devem agir.

A controvérsia de ACM Neto no Twitter



Fizemos o levantamento dos dados no período que corresponde a campanha para o primeiro turno da eleição de 2022 buscando o que Fabio Malini (2020) chama de palavras-multiverso, termos e expressões que abrigam uma vastidão de tópicos e posicionamentos, ao redor deste evento específico. Para tanto, por meio da API do Twitter, usando um *sprypt* em linguagem R e operadores booleanos, varremos a plataforma em busca de publicações que associavam ACM Neto a termos associados ao caso em análise, tais como “pardo”, “negro”, “branco”, “raça”, “IBGE” e suas variações. Esse *corpus* – equivalente a 3112 *tweets* – foi processado para uso no software Iramuteq e sumariado pelo método Reinert, que busca identificar e categorizar padrões, temas e estruturas em textos escritos. Neste sentido criamos quatro categorias descritivas que agrupam modos em que usuários trataram a questão da autoidentificação racial do candidato ACM Neto nas eleições a governador no estado da Bahia.

As categorias são: [1] “Mudança” de raça e aparência fenotípica; [2] Oportunismo racial, bronzamento e acusação de fraude eleitoral; [3] Disputa partidária entre União Brasil e PT; e [4] Reverberação da crítica de atores políticos. Abaixo apresentamos a descrição e análise deste *corpus* com a finalidade de dar visibilidade ao universo de posições tomadas naquele contexto.

1. “Mudança” de raça e aparência fenotípica

No contexto dos tweets analisados, a autodeclaração racial de ACM Neto como pardo é alvo de intensas discussões e perspectivas divergentes. Um ponto central dessas discussões é o questionamento sobre a veracidade de sua autodeclaração baseado no fato de o candidato ter alterado sua identificação em pleitos distintos. Muitos usuários colocam em dúvida a legitimidade dessa autodeclaração de ACM como pardo, levantando interrogações sobre sua autenticidade à luz de sua aparência física e histórico familiar. Um exemplo de *tweet* que trata da questão familiar é este que dizia: *Claro que está querendo se aproveitar através de se dizer pardo, desejo é que desapareça essas capitâneas hereditárias, detesto desde o pai que foi governador biónico e todas as gerações ACM, por favor*. Neste outro um usuário questiona a cor da pele das filhas do candidato: *“ACM pardo só esqueceu de bronzear as filhas também”*. Outra dimensão das discussões gira em torno da autenticidade da autodeclaração e do possível alinhamento com narrativas específicas. Muitos usuários insinuam que Neto está tentando usar sua autodeclaração para se beneficiar de



agendas políticas ou para atrair o apoio de eleitores que valorizam a diversidade racial. Essa visão é frequentemente acompanhada por comentários sarcásticos ou irônicos, que destacam a incongruência entre sua autodeclaração e sua aparência, como por exemplo, o *tweet* a seguir: *nossa, muito branquelo se declara pardo, não é só o ACM Neto*.

A partir da queda nas pesquisas muitos usuários ironizavam dizendo que ACM estava sentindo na pele o que é ser negro no Brasil, fazendo alusão ao racismo. Há ainda a comparação com outras figuras públicas que enfrentaram polêmicas semelhantes, como Jade Picon, influenciadora digital branca, que naquele momento era questionada por ter feito uma campanha publicitária na qual foi acusada de apropriar-se da estética negra, se estabelecendo paralelos entre os casos. Além disso, as discussões giram em torno da representatividade racial, com debates sobre o papel das autodeclarações na promoção da igualdade e diversidade em cargos públicos. Há, ainda, uma forte ênfase na comparação com outros candidatos, especialmente no que diz respeito à mudança de autodeclarações ao longo do tempo, muitos em defesa do candidato. Exemplo: *sei que me pega mt ACM se declarar pardo, mas olha a hipocrisia na política: Rui [Costa, do PT] se declarou pardo em 2018, Geraldo Junior [do MDB, vice de Jerônimo] se declarou pardo 2022, Alice Portugal [do PCdoB] em 2018 como branca, agora se declara como parda, Rosemberg Pinto [PT] 2018 se declarou branco e em 2022 se declarou preto*. A mudança de postura de ACM Neto e de outros candidatos em relação à sua identidade racial em diferentes eleições é frequentemente mencionada, o que gera questionamentos sobre a autenticidade dessas declarações. Dentre as discussões presentes nos *tweets*, observa-se que alguns usuários direcionam sua atenção para candidatos de esquerda, primeiramente, mencionam a alteração na autodeclaração racial ao longo do tempo por parte da figura política, e também a trazem à tona em uma comparação com ACM Neto. Nesse sentido, a hipocrisia política é ressaltada, já que as mudanças nas declarações dos candidatos de ambos espectros políticos são postas lado a lado.

2- Oportunismo racial, bronzamento e acusação de fraude eleitoral

Outros tópicos que emergem das discussões incluem críticas à autodeclaração, acusando-a de oportunismo e fraude eleitoral. Alguns usuários rotulam a atitude como “afroconveniência” ou “afro oportunismo”, alegando que Neto está explorando a questão racial para ganho político. Dentro deste conjunto de *tweets*, existe uma



significativa parcela de usuários que expressam um forte questionamento e até mesmo ceticismo em relação à autodeclaração racial de ACM Neto como pardo. Esses usuários acreditam que Neto está utilizando essa autodeclaração de forma oportunista, seja para obter vantagens políticas ou financeiras, seja para se alinhar com uma determinada narrativa. Neste sentido, várias mensagens expressam o sentimento de que a autodeclaração de Neto como pardo é uma estratégia para explorar políticas de cotas raciais, o que é percebido como uma ação desonesta ou até mesmo manipuladora. Alguns usuários enfatizam a contradição entre a declaração de Neto e a cor de sua pele, argumentando que ele é, de fato, branco e não pode se enquadrar no perfil racial para o qual se autodeclarou. Além disso, muitos tweets criticam a autenticidade da autodeclaração de Neto, insinuando que ele está tentando "se passar por pardo" para atender a determinadas agendas políticas ou ganhar apoio entre eleitores que valorizam a diversidade racial. Há críticas relacionadas ao posicionamento político de ACM Neto, onde algumas pessoas expressam insatisfação com suas ações e declarações, apontando incongruência em relação a posicionamentos dele e de seu partido, o União Brasil, anteriormente DEM e PSL, sobre políticas afirmativas e naquele momento tentar se beneficiar delas.

Há *tweets* emblemáticos que destacam a crítica ao uso de bronzeamento artificial por ACM Neto para justificar sua autodeclaração, considerando isso negativo e até mesmo patético, apontando a produção artificial de traços fenotípicos para justificar e sustentar a autodeclaração. Exemplo: *Eu não aguento o ACM Neto se bronzeando pra dizer que é pardo kkkkk cara patético*. A controvérsia era apontada como algo que já afetava a decisão de voto de alguns eleitores, com sugestões de que ACM Neto estaria perdendo votos devido a essa questão.

3- Disputa partidária entre União Brasil e PT

A análise dos tweets revela como a disputa nacional entre Lula e Bolsonaro e a polarização política repercutiram no âmbito estadual. A decisão de ACM Neto de se manter neutro após sua anterior identificação com o bolsonarismo também teve um impacto significativo. A autodeclaração de ACM Neto como "pardo" gerou discussões intensas. Antes dessa declaração, ele liderava as pesquisas, mas após isso, suas intenções de voto declinaram consideravelmente. Candidatos adversários aproveitaram a oportunidade para criticá-lo pela autodeclaração racial associando a outras questões de sua campanha especialmente aos posicionamentos ligados à direita



neoliberal. A autodeclaração também afetou as perspectivas eleitorais de ACM Neto. Aumentou as chances do candidato Jerônimo, do PT, de acordo com a percepção dos usuários, pois ao racializar o debate, o candidato petista possuía mais atributos positivos, por ser um homem indígena em um partido que apoia e implementou amplamente políticas afirmativas raciais. Além disso, a controvérsia gerou críticas diretas à candidatura de ACM Neto. Usuários mencionaram sua postura em debates, suas ações como prefeito e a estratégia de autodeclaração racial como formas de angariar votos. No contexto das menções a Lula, destaca-se a análise das relações entre Lula e ACM Neto, bem como a influência de Lula na dinâmica eleitoral. Os tweets indicam que Lula precisa de um "time completo" para enfrentar ACM Neto, que anteriormente estava liderando as pesquisas. A polarização política e a estratégia de Lula em apoiar candidatos alinhados com seu discurso também foram abordadas.

4- Reverberação dos críticos

Este conjunto de *tweets* analisados gira em torno das reações de usuários em relação às críticas enfáticas de atores políticos à autodeclaração racial de ACM Neto. Os principais tópicos emergentes dessas reações incluem as intervenções do candidato Kleber Rosa, candidato do PSOL, nos debates. Muitos usuários elogiam sua abordagem crítica em relação à autodeclaração de ACM Neto, enxergando-a como uma apropriação cultural. Kleber Rosa é visto como alguém que confronta a declaração de Neto de forma incisiva e esclarecedora. Exemplo: *Kleber Rosa foi pra cima de ACM Neto dizendo que ele usufrui do privilégio de poder se dizer pardo ou branco de acordo com o interesse*. Em relação às menções a João Roma, há avaliações sobre sua performance nos debates, sua posição política e sua associação com Bolsonaro. Algumas opiniões sugerem que ele não estava disposto a discutir efetivamente questões raciais, enquanto outras destacam sua relação com o presidente Bolsonaro. As menções a Cynara Menezes, conhecida como Socialista Morena, indicam que reverberou no debate influenciando as discussões e as reações dos usuários, especialmente por um artigo publicado na revista Fórum², que discute a controvérsia, destacando o contraste entre candidatos políticos com aparências e origens distintas,

²MENEZES, Cynara. O caso ACM Neto pardo: na Bahia, político nenhum quer ser “menino amarelo”. *Revista Fórum*, 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/socialista-morena/2022/9/27/caso-acm-neto-pardo-na-bahia-politico-nenhum-quer-ser-menino-amarelo-123970.html>.



abordando as complexidades da representação racial na política e as trocas de acusações entre candidatos durante os debates eleitorais.

Representação e a questão racial no Brasil

A necessidade de representação surge devido à interconexão predominante na dinâmica da vida social moderna, onde as ações de indivíduos e instituições em um local específico estão frequentemente ligadas a processos ocorrendo em diversos outros pontos e organizações. Dado que é inviável que alguém esteja presente em todos os órgãos deliberativos que influenciam suas circunstâncias, dada sua dispersão e número considerável, surge a imperativa demanda por representação. Mesmo que as esperanças de um cidadão muitas vezes sejam frustradas, permanece a expectativa de que outros considerem cenários semelhantes ao seu e os apresentem nos respectivos espaços de discussão.

Se conceito de “representação” no discurso político surge apontando para o modelo tradicional de representação baseado em identidade, que pressupõe que governados e governantes compartilhariam interesses idênticos, incluindo elementos de representação baseados em diferenças como raça, idade, gênero, orientação sexual, religião, classe social, etnia, idioma, nacionalidade e habilidade (Young, 2006), cria-se um problema de representação dos grupos e das questões das populações de grupos minorizados. Esses problemas de representação em sociedades grandes e diversas e aponta para a criação de mecanismos para garantir a representação de grupos sub-representados, especialmente minorias e aqueles sujeitos a desigualdades estruturais.

Diferentes e conflitantes interesses de cunho econômico, político e social de classes e grupos da população, fragmenta a representação a partir desses grupos sociais de identificação. Nessa perspectiva, são os grupos sociais que reivindicam seus interesses e buscam visibilidade. Entretanto, o grande problema da lógica da identidade é supor que governados e governantes sejam e pensem de modo idêntico. Os críticos dessa perspectiva vão argumentar que mesmo dentro de grupos sociais racializados e gendrados existe uma diversidade de pensamentos, interesses e necessidades que não tornaria possível condensá-los em um único plano de representatividade.

É nesse sentido que Iris Marion Young (2006) vai criticar a perspectiva identitária e construir uma lógica de representação baseada em marcas de diferença



que, no entanto, não conceba a identidade de governantes e governados como unívoca e essencialista. Young afirma que muitos discursos de representação

assumem implicitamente que a pessoa que representa se põe numa relação de substituição ou identidade com os muitos representados, que ele ou ela está presente por eles em sua ausência. Contrariamente a essa imagem da representação como substituição ou identificação, conceitualizo a representação como um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo. Considerar a temporalidade e a espacialidade mediada do processo de representação descentraliza o conceito, revelando tanto oportunidades quanto riscos políticos (Young, 2006, p. 142) .

Em oposição a perspectiva identitária, Young destaca a concepção da perspectiva da representação política que enfatiza a importância de representar a perspectiva de grupos em vez de seus interesses específicos. Isso significa que os representantes devem ser capazes de entender e articular a perspectiva de um grupo, mesmo que não compartilhem as mesmas características identitárias ou interesses específicos. Essa concepção é baseada na ideia de que a representação não é apenas sobre a defesa de interesses específicos, mas também sobre a compreensão e articulação das perspectivas de diferentes grupos na sociedade. No entanto, essa concepção também enfrenta desafios, como a dificuldade de representar perspectivas divergentes dentro de um grupo e a possibilidade de que a perspectiva representada não seja a perspectiva dominante dentro do grupo (Young, 2006) .

Silvio Luiz de Almeida (2019) defende a importância da representatividade de minorias para combater a discriminação e permitir que suas demandas sejam ouvidas. No entanto, ele destaca que a representatividade institucional não garante automaticamente que essas minorias tenham poder real. Uma pessoa pertencente a uma minoria pode ocupar um cargo de liderança, mas ainda assim não ser capaz de representar seu grupo de pertencimento ou ser impedida de agir a favor deles devido às estruturas políticas e econômicas que perpetuam desigualdades como o racismo e o sexismo. A política brasileira é predominantemente composta por pessoas brancas, e a participação de pessoas negras no parlamento federal nunca ultrapassou 9%, devido a fatores como recrutamento partidário e distribuição desigual de recursos eleitorais.

O conceito de raça, conforme delineado por Sueli Carneiro (2023) assume uma natureza eminentemente social e, portanto, desvinculada de uma realidade biológica ou natural. Nos estudos iniciados na década de 1970 sobre as desigualdades raciais, a redefinição dos conceitos de raça e racismo foi estabelecida, associando a categorização



de pretos e pardos na coletividade dos negros com base na similaridade dos indicadores sociais constatados nos levantamentos censitários oficiais. Essa compreensão do negro como uma categoria analítica é adotada por este estudo, seguindo a maioria das análises contemporâneas. Raça é, assim, entendida como uma forma de classificação social que não corresponde a uma realidade natural, mas sim a uma construção que denota uma atitude negativa em relação a certos grupos sociais, influenciada por uma noção específica de natureza que é endodeterminada.

Nessa perspectiva, a cor, como um conceito racialmente definido, é considerada um critério explicativo das diferenças sociais entre negros e brancos na medida em que existe uma concepção racial preexistente da qual a cor é tributária. O racismo, por sua vez, é compreendido como uma forma específica de "naturalizar" a vida social, ou seja, explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças consideradas naturais, legitimando assim a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca. Apesar de não ter base científica, o racismo persiste como um instrumento de dominação, exploração e exclusão social, mantendo-se pela reprodução dos privilégios que promove, mesmo diante de evidências científicas que invalidam sua sustentação conceitual (Carneiro, 2023).

A Emenda Constitucional 111 (Brasil, 2021) , aprovada pelo Congresso Nacional em 2021, introduziu novas regras com o objetivo de incentivar a eleição de mulheres e negros para a Câmara dos Deputados. Já nas eleições de 2022, os votos destinados a esses grupos passaram a contar em dobro para a distribuição de recursos do Fundo Eleitoral entre os partidos políticos. A adoção dessas medidas reflete a necessidade de ampliar a representação desses grupos historicamente sub-representados na política brasileira, possibilitando assim, a adoção de políticas públicas mais inclusivas e representativas da diversidade da sociedade brasileira.

Esse debate sobre representação, atravessado pelo nosso objeto de pesquisa, nos leva ao próprio lugar do debate sobre o lugar do pardo ou do negro de pele clara no Brasil. Justamente chegando a problemática de nos perguntarmos: por que é problemática a afirmação de ACM Neto em que se declara como um homem pardo?

A construção da identidade negra no Brasil é complexa devido ao processo de miscigenação, que foi fortemente incentivado por políticas de branqueamento (Munanga, 2019) . Essas políticas eram baseadas em teorias eugenistas que foram adaptadas à realidade nacional. O mito da democracia racial se tornou uma das principais armadilhas para as políticas afirmativas no processo de construção da



identidade negra, já que foi o estereótipo consolidado no imaginário coletivo que transformou o que era uma imagem negativa em uma visão enaltecida. O discurso de exaltação à mestiçagem desconecta o pardo ou o negro de pele clara de sua identificação como negro.

No mesmo sentido, segundo Marcelo Paixão (2015) a ideologia da “democracia racial” foi utilizada para negar a existência do racismo no Brasil e para minimizar a importância das desigualdades raciais. Essa ideologia valorizava o histórico intercuro da população brasileira, que, em termos culturais e biológicos, se constituiria enquanto um povo mestiço. Dessa forma, a “democracia racial” serviria para impedir que o processo modernizante, que potencialmente traria consigo o *ethos* individualista e competitivo, derivasse em formas conflitivas entre os grupos raciais. No entanto, essa visão não levava em conta as contradições e impasses que poderiam surgir no processo modernizador e acabou por justificar a exclusão dos afrodescendentes da vida nacional.

O perfil demográfico brasileiro, conforme relatado pelo IBGE, destaca que 56% da população é composta por pessoas negras, que englobam indivíduos classificados como pardos e pretos pela instituição. O IBGE estabelece uma ligação racial e política entre os grupos de pretos e pardos, em contraste com o que é considerado branco.

O conceito de raça, conforme abordado por Sueli Carneiro (2023), adquire uma dimensão complexa e multifacetada ao considerar as nuances da identidade étnica e racial frente ao contexto de discriminação e racismo. O termo “pardo” emerge como uma categoria difícil de ser definida, escapando tanto à classificação de raça quanto de cor. Ele parece se destinar àqueles cuja identidade étnica e racial foi fragmentada pelo racismo, pela discriminação e pelo peso simbólico negativo que a negritude carrega socialmente. Para Carneiro, essa fragmentação tem servido eficazmente para minar a identidade negra, dificultando sua coesão como um elemento aglutinador no campo político e restringindo reivindicações coletivas por equidade racial. Apesar da miscigenação marcante e da exaltação da mestiçagem na sociedade brasileira, o desejo histórico de branqueamento persiste, evidenciando um anseio social pela negação da negritude e a perpetuação das disparidades sociais entre grupos raciais, mesmo diante da similaridade nos indicadores sociais entre pretos e pardos, quando comparados ao grupo branco.

Para Alessandra Devulsky, essa distinção racial historicamente influencia em vantagens ou “estar submetido a prejuízos, inobstante a adesão ou o repúdio ao sistema



hierárquico racial” (2021, p. 85). Para a autora, o grupo geralmente chamado de negros no Brasil inclui pardos, que têm uma conexão com a mestiçagem racial. O pardo é associado a uma mistura de raças, embora não seja identificado como branco devido à ausência visível de ascendência europeia. A identificação racial dos pardos os aproxima do grupo dos negros, apesar de algumas vantagens que a mestiçagem pode trazer em certos contextos. O colorismo é o que cria divisões internas na comunidade, resultando em desentendimentos entre pessoas negras devido às diferenças de tons de pele. Isso é uma herança do mundo colonial e pós-colonial, que ainda influencia os padrões sociais. No entanto, a condição negra é percebida desde cedo, pois a cor da pele não pode ser escondida, e a identidade racial é moldada por circunstâncias sociais. Sendo o racismo uma construção social complexa que perpetua hierarquias raciais, o colorismo é uma ideologia que hierarquiza os negros com base em tons de pele, e é um subproduto do racismo que opõe “pessoas da mesma comunidade, umas contra as outras, permitindo que pessoas negras possam se estranhar por conta de suas diferenças” (Devulsky, 2021, p. 98) .

O debate público no Twitter acerca da autodeclaração racial do candidato ACM Neto durante a campanha para governador da Bahia foi permeado por uma variedade de perspectivas, refletindo as complexidades e tensões inerentes à identidade étnico-racial no contexto brasileiro. As discussões abordaram a dificuldade em categorizar e definir a identidade racial, especialmente diante da noção de “pardo” como uma categoria que se escapa tanto da classificação de raça quanto de cor. Houve menções à fragmentação da identidade negra frente ao racismo estrutural, levando alguns usuários a questionarem a adequação dos critérios de autodeclaração e sua relação com políticas afirmativas. Esses debates apontaram para a necessidade de reconhecer a diversidade e complexidade das identidades raciais, destacando a persistência de ideais de branqueamento na sociedade brasileira e sua influência na compreensão e na mobilização em torno da questão identitária racial na esfera política, como evidenciado pelo caso de ACM Neto.

Considerações Finais

Para entendermos a controvérsia racial envolvendo um dos principais candidatos ao governo do Estado da Bahia, ACM Neto (União Brasil), originada a partir da sua autodeclaração como pardo na Justiça Eleitoral, seguida por uma entrevista em uma emissora de TV local em que apareceu com a aparência bronzeada, questionando



os critérios para a classificação racial no país, deve levar prioritariamente em conta o que está sendo considerado “pardo” no contexto brasileiro, relacionando-a à emergência de um discurso que aborda o embranquecimento da população como um projeto político de cunho racista, enraizado em fenômenos históricos e na estrutura racial do país.

Este discurso encontra respaldo tanto em órgãos oficiais do governo, como o IBGE, quanto no movimento social das pessoas negras. É relevante notar que Neto já havia se autodeclarado como pardo em 2016, sem gerar controvérsias naquela época. Isso sugere uma evolução da discussão racial e uma sensibilidade crescente em relação ao discurso colonialista e racista nas campanhas eleitorais, especialmente considerando o contexto do estado da Bahia. Este estado abriga a maior proporção de negros no país, com cerca de 80% dos habitantes da capital, Salvador, se autodeclarando como negros.

Os resultados da análise indicam que a controvérsia gerou um debate intenso no Twitter, com vários usuários questionando a autodeclaração de ACM Neto e a representatividade de sua candidatura para a população negra da Bahia. Muitos *tweets* criticaram a atitude de ACM Neto de se autodeclarar como pardo durante as eleições, apontando suas consequências políticas. Muitos usuários consideraram sua atitude oportunista ou inconveniente. Alguns criticaram por usar o termo como uma maneira de ganhar votos e se beneficiar de políticas de ação afirmativa, enquanto outros indicaram que ele estava usando isso como uma estratégia política ao apropriar-se da pauta racial. Algumas pessoas fizeram piadas sobre sua autodeclaração, especialmente sobre o fato de ter feito bronzeamento artificial para confirmar sua autodeclaração, enquanto outras a viram como uma questão séria e o acusaram de ser hipócrita. Alguns *tweets* também mencionaram sua riqueza e opiniões políticas, com algumas pessoas criticando suas políticas de direita. Alguns sugeriram que essa atitude teria custado votos a ele, enquanto outros apontaram que ele teria ganhado apoio de figuras importantes. Houve também comentários sobre a relação entre a declaração de ACM Neto e a oposição que ele e seu partido fizeram anteriormente às cotas raciais em universidades e a polaridade política Lula-Bolsonaro na disputa presencial.

Para concluir, a análise das publicações revelou um intenso debate público e questionamentos sobre sua sinceridade, posicionamentos políticos e oportunismo em relação ao tema racial. Essas discussões reforçam o protagonismo que a dimensão



racial dos candidatos e o uso discursivo das políticas inclusivas e representativas tem ocupado no debate político eleitoral nos últimos pleitos.

A análise acerca da autodeclaração racial de ACM Neto durante a campanha eleitoral para o governo da Bahia revela uma série de desafios e reflexões cruciais sobre a representação e identificação étnico-racial na esfera política brasileira. A necessidade de medidas que ampliem a representatividade, como a campanha proporcional às candidaturas negras (pretos e pardos), se destaca como uma estratégia essencial para enfrentar as disparidades na participação política. No entanto, as noções de miscigenação e as políticas de branqueamento, sustentadas pelo mito da democracia racial, continuam a desafiar a questão da identificação racial no país, influenciando o discurso sobre o embranquecimento da população e suas raízes históricas.

A análise demográfica na Bahia ressalta a importância do estado como um pano de fundo crucial para examinar as dinâmicas raciais e políticas no Brasil. A complexidade na identificação racial, devido às diferenças de tons de pele e ao assentamento do perfil racial pelo fenótipo, destaca a necessidade de uma compreensão mais sensível e ampla da questão racial na política. Os resultados obtidos sugerem que a identificação racial está mais relacionada aos fenótipos que expõem a pessoa ao racismo do que a questões genéticas ou de parentesco.

Como bem nos diz Devulsky (2021), o colorismo afeta negros de pele clara, identificados como pardos, ao criar barreiras ideológicas que dificultam a valorização de suas origens e identidade. Superar essas questões requer uma mudança fundamental nas percepções culturais e sociais. Embora medidas como a criminalização do racismo e políticas de cotas raciais sejam importantes, elas não são suficientes para erradicar o racismo e o colorismo. Essas formas de opressão estão interligadas e visam a manter a ordem racial existente, portanto, a luta pela justiça social não pode hierarquizar opressões; mas precisa reconhecer que as opressões são interconectadas e devem ser abordadas simultaneamente para alcançar uma mudança verdadeiramente emancipatória.

No contexto em análise, é imperativo denunciar e questionar qualquer uso oportunista que vise esvaziar o significado histórico e político dos discursos raciais elaborados com esforço, visando à implementação de políticas afirmativas destinadas a pessoas negras de pele clara. Afortunadamente, essa denúncia e questionamento foram efetivamente realizados, fortalecendo assim a integridade desses esforços construtivos.



Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. **Emenda Constitucional no 111, de 28 de setembro de 2021**. 2021. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc111.htm.

Acesso em: 15 maio. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DIJCK, José van; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The Platform Society**: public values in a connective world. Nova York: Oxford University Press, 2018.

ELLER, Johanns; MOURA, Rafael Moraes. **Polêmica racial envolvendo ACM Neto causa reviravolta na eleição da Bahia; veja vídeos**. *O Globo*, 2022.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2022/09/polemica-racial-envolvendo-acm-neto-causa-reviravolta-na-eleicao-da-bahia-veja-videos.ghtml>. Acesso em: 3 ago. 2023.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithm. *In*: GILLESPIE, T.;

BOCZKOWSKI, P.; FOOT, K. (org.). **Media Technologies**. Massachusetts: MIT

Press, 2012. Disponível em: <http://www.tarletongillespie.org/essays/Gillespie - The Relevance of Algorithms.pdf>

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**:

Características gerais dos moradores 2020-2021. Rio De Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2022. *E-book*. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf

MALINI, Fabio. A palavra e as “coisas”: como montar a sua lista de termos para coleta de dados em redes sociais. **Medium**, 2020. Disponível em:

<https://fabiomalini.medium.com/a-palavra-e-as-coisas-como-montar-a-sua-lista-de-terminos-para-coleta-de-dados-em-redes-sociais-39ed3648ea4>. Acesso em: 2 ago. 2023.

MÓDOLO, Lucas de Santana. Afroconveniência eleitoral no Brasil: notas sobre as suspeitas de fraude nas declarações raciais de 2022. **Revista Eletrônica Da PGE-RJ**, 5(3). <https://doi.org/10.46818/pge.v5i3.321>



MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. rev ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Houldine. **ACM Neto é alvo em debate na Bahia por autodeclaração como pardo**. *Poder 360*, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/acm-neto-e-alvo-em-debate-na-bahia-por-autodeclaracao-como-pardo/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

PAIXÃO, Marcelo. Das relações raciais no Brasil: Entre a emergência de um novo tempo e a persistência do modelo autoritário. **Lasa Forum**, v. 46, p. 13–18, 2015. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol46-issue2/Debates5.pdf>

PITOMBO, João Pedro. Datafolha: ACM Neto lidera na Bahia com 54%, e Jerônimo, do PT, tem 16%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2022 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/datafolha-acm-neto-lidera-na-bahia-com-54-e-jeronimo-do-pt-tem-16.shtml>

RIOS, Flavia. Muito além do bronzamento artificial. **Revista Piauí**, São Paulo, 13 out. 2022 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/muito-alem-do-bronzamento-artificial/>

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

TRE-BA. **Jerônimo Rodrigues é eleito governador da Bahia**. [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.tre-ba.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/jeronimo-rodrigues-e-eleito-governador-da-bahia>. Acesso em: 2 ago. 2023.

VERGEER, Maurice. Twitter and Political Campaigning. **Sociology Compass**, v. 9, n. 9, p. 745–760, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/SOC4.12294>. Acesso em: 5 jun. 2023.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 67, p. 139–190, 2006.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. In: BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17–68.

★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.